



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Barragens de Minério

Bibliografia

Biblioteca Ministro Adhemar de Barros - TRF1
2019



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Barragens de Minério:

Bibliografia

Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Fevereiro/2019

Presidência

Desembargador Federal Carlos Eduardo Moreira
Alves

Diretoria-Geral da Secretaria

Carlos Frederico Maia Bezerra

**Secretaria de Governança Gestão Estratégica e
Inovação**

Wânia Maríça Araújo Vieira

Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca

Marília de Souza de Mello

Seção de Atendimento ao Usuário e Pesquisa

Márcia Helena Gonçalves Viana
Paula Cristina Flausino de Oliveira
Pollyana da Silva Marra

Capa

José Hugo Reis

Imagem

Felipe Werneck-Ascom/Ibama

Tribunal Regional Primeira Região

T822 Barragens de Minério: Bibliografia / Tribunal Regional Primeira
Região. --Brasília : Tribunal Regional Primeira Região, 2019.
13 f.

1. Bibliografia temática - publicações. 2. Direito Ambiental. I.
Tribunal Regional Primeira Região. II. Título.

CDD 341.347

SUMÁRIO

Apresentação	4
Livros	5
Partes de livros	6
Artigos de revistas	7
Legislação	10
Instituições	12

APRESENTAÇÃO

A Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca, por meio da Seção de Atendimento ao Usuário e Pesquisa (Serau), apresenta a bibliografia sobre barragens de minério, tendo em vista a última tragédia humana e ambiental acontecida em Brumadinho-MG.

Os documentos que não apresentam o *link* para acesso à internet poderão ser solicitados pelo e-mail serau@trf1.jus.br ou pelos telefones (61)3314-5342 e (61)3314-5213.

O empréstimo do material bibliográfico é permitido aos magistrados e servidores da Justiça Federal da Primeira Região e a outras instituições, por meio do intercâmbio entre bibliotecas.

LIVROS

ADAMS, Luís Inácio Lucena. [et al.] **Saindo da lama**: a atuação interfederativa concertada como melhor alternativa para solução dos problemas decorrentes do desastre de Mariana. Belo Horizonte: Fórum : Fapemig : Fundep, 2019. 244 p.

LEITÃO, Manuela Prado. **Desastres Ambientais**: resiliência e a responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018. 256 p.

LEITE, José Rubens Morato Leite; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 6. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2018. 1432 p.

MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo; LINO, Gabriel. **Interesses difusos e coletivos**. 8. ed. São Paulo: Método, 2018. 1001 p.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015. 973 p.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1020 p. (SJGO)

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Fundamentos da tutela coletiva**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017. xix, 292 p.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. 457p.

SATOS, Romualdo Baptista dos Santos. **Responsabilidade Civil por dano enorme**. Curitiba: Juruá, 2018. 282 p.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro : Record, 2018. 461 p. (SENADO)

THOMÉ, Romeu (org.). **Mineração e meio ambiente**: análise jurídica interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 332 p.

TOLEDO, André de Paiva; RIBEIRO, José Cláudio Junqueira, THOMÉ, Romeu. **Acidentes com barragens de rejeitos da mineração e o princípio da prevenção**: de Trento Itália a Mariana Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. ix, 164 p. (AGU, CAM, PGR)

VITORELLI, Edilson (org.). **Manual de direitos difusos**. Salvador: Juspodivm, 2018. 1327 p.

PARTES DE LIVROS

AUGUSTIN, Sérgio. Em se tratando de responsabilidade civil do Estado por rompimento de barragem, é possível a comprovação de prejuízos de ordem material por prova exclusivamente testemunhal, diante da impossibilidade de produção ou utilização de outro meio probatório. *In: Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 2, n. 3, p. 437-445. (STJ, STF, TJDFT)

BELISÁRIO, Ana Carolina Valladares; VIAL, Gabriella Fernandes de Assunção. O aproveitamento mineral de rejeitos de mineração estocados em barragem. *In: Mineração e meio ambiente: análise jurídica interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 105-124. (AGU)

FARIAS, Talden. A atividade minerária e a obrigação de recuperar a área degradada. *In: Mineração e meio ambiente: análise jurídica interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 245-277.

LEITÃO, Manuela Prado. De volta a Mariana. *In: LEITÃO, Manuela Prado. Desastres Ambientais: resiliência e a responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 29-31.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Breves considerações sobre a Lei de Política Nacional de Segurança de Barragens. *In: Mineração e meio ambiente: análise jurídica interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 73-80.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Segurança de barragens: Lei 12.334/2010. *In: MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2018. p. 628-635.

REZENDE, Elcio Nacur. Responsabilidade civil ambiental: uma superação do discurso de autoridade insculpido pela teoria do risco integral. *In: ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo. Responsabilidade civil: novas tendências*. 2.ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2018. p. 319-332.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Deveres de proteção ambiental do Estado e proibição de retrocesso em matéria socioambiental. *In: SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental*. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. p. 289-332.

SATOS, Romualdo Baptista dos Santos. O rompimento das barragens de resíduos de minério em Mariana, Minas Gerais. *In: SATOS, Romualdo Baptista dos Santos. Responsabilidade civil por dano enorme*. Curitiba: Juruá, 2018. p. 206-208.

SOUZA, Luiz Antônio. A ACP ambiental, a jurisprudência e a proibição do retrocesso. *In: Ação civil pública após 30 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 537-549.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito mineral e direito ambiental: fundamentos do regime jurídico ambiental. *In: Mineração e meio ambiente: análise jurídica interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 3-15.

ARTIGOS DE REVISTAS

ANDRADE, Fábio Luiz de; SILVA Larissa Gabrielle Braga e. Precedentes judiciais, responsabilidade civil ambiental e a tragédia de Mariana. **Revista de estudos e pesquisas avançadas do terceiro setor**, v. 4, n. 2, p. 89-105, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8544/pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ARTIGAS, Priscila Santos. O acidente da Samarco e a sociedade de risco. **Direito & justiça**, n. 19173, p. 2, 23 nov. 2015.

AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra; COUTINHO, Isabela Esteves Cury; FARIAS, Talden Queiroz. Breves e iniciais apontamentos sobre a tragédia da Samarco, **Fórum de direito urbano e ambiental**, v. 15, n. 85, p. 31-34, jan./fev. 2016.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva; et al.: A responsabilidade civil por danos ambientais: um ano após o desastre ocorrido em Mariana MG. **Universitas Jus**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 108-118, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/viewFile/4505/3369> Acesso em 11 fev. 2019.

BELLORD, Karen Alvarenga de Oliveira Windham; PEREIRA, Marcela Andrade de Assis. Participação da comunidade nos planos de segurança de barragens no setor mineral. **Revista de Direito Ambiental**. v. 85, p. 103-29, jan./mar. 2017.

BIZAWU, Kiwonghi; MOREIRA, Renan Lucio. Licenciamento ambiental e a política nacional de segurança de barragem Lei 12.334/2010. **Revista jurídica**, Curitiba, v. 3, n. 48, p. 271-298 2017. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2181/1361>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CALAZANS, Marcos Moraes. Crítica da cientificidade do crime semicolonial SAMARCO/VALE/BHP. GeoGraphos [En línea]. Alicante: **Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante**, v. 10, n.113 p. 23-58, 2019. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/87667>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CARDIA, Ana Cláudia Ruy. Direitos humanos e empresas no Brasil [recurso eletrônico]: como as empresas mineradoras têm afetado a proteção dos direitos humanos no território brasileiro. **Homa publica**: revista internacional de direitos humanos e empresas, v. 2, n. 1, p. 109-137, jan. 2018. Disponível em: <http://homacdhe.com/journal/wp-content/uploads/sites/3/2018/02/Direitos-Humanos-e->

[Empresas-no-Brasil-como-as-empresas-mineradoras-têm-afetado-a-proteção-dos-Direitos-Humanos-no-territó.pdf](#). Acesso em: 14 jan. 2019.

COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa. O caso Samarco: vitimização ambiental e dano social corporativo no cenário de Mariana: uma investigação empírica a partir da perspectiva das vítimas. **Revista eletrônica Direito & Política**, Itajaí, Santa Catarina, v. 13, n. 2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/13366/0>. Acesso em 8 fev. 2019.

CORDEIRO, Gustavo Henrique de Andrade; JUNIOR Ricardo Bispo Razaboni; LAZARI, Rafael José Nadim de. A harmonia entre a mineração e o meio ambiente: o novo Código brasileiro de mineração. **Revista de direito ambiental**, v. 23, n. 92, p. 249-265, out./dez. 2018. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/128289>. Acesso em: 14 jan. 2019.

COSTA, Beatriz Souza; SAMPAIO, José Adércio Leite. Acesso à informação digital no Brasil em casos de acidentes: o exemplo da tragédia de Mariana. **Veredas do direito**, v. 14, n. 30, p. 77-98, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/121625>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DUARTE, Fellipe Simões. O caso Samarco e a responsabilidade por dano ao meio ambiente. **Revista Síntese direito ambiental**, v. 5, n. 28, p. 9-20, nov./dez. 2015.

GONZALEZ, Aleisa; et al. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental como instrumento de eficácia do princípio da precaução em defesa do meio ambiente equilibrado e sustentável. **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**. Brasília, v. 28, n. 11/12, p. 34-51, nov./dez. 2016.

IBAMA (Brasil). **Relatório anual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais RAPP**. Brasília, 2017 Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/relatorios/atividades_poluidoras/ibama_guia_geral_rapp_2017.pdf . Acesso em: 21 fev. 2019.

MAFFRA, Marcelo Azevedo; SOUZA, Diego Cerveira de. Barragens para irrigação: aspectos jurídicos e ambientais da sua construção, operação e remoção. **Revista Magister** de direito ambiental e urbanístico, v. 11, n. 65, p. 52-69, abr./maio 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MAINARDE, Thaís Antunes; BERWIG, Juliane Altmann. O desastre de Mariana: gestão jurídica dos riscos. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 171-199, abr./jun. 2018.

MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim; SOUZA, Tatiana Ribeiro de. O que não se aprendeu com a tragédia no Rio Doce. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 10, n. 116, p. 28-29, mar. 2017.

MORAIS, Cirilo Max Macedo de; Souza, Thalles Evangelista Fernandes de; DANTAS, Bruno Teixeira Sinistro em barragens: desafio para a engenharia. **Perícia federal**, v. 17, n. 37, p. 28-37, jul. 2016. Disponível em: https://www.apcf.org.br/horus/arquivos/revistas/revista_apcf_37_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

MUKAI, Toshio, Os contratos sustentáveis e o princípio da vedação ao retrocesso ambiental. Boletim de licitações e contratos: **BLC**, v. 29, n. 5, p. 429-431 2016. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/revistatrf4/arquivos/Rev87.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MUKAI, Toshio. Das licitações sustentáveis e dos contratos administrativos e suas características. O princípio de não retrocesso ambiental. **IOB Revista Síntese de Direito Administrativo**. São Paulo, v. 12, n. 133, p. 94-99, jan. 2017.

PELLIZZETTI, Maria Amélia. Dos crimes ambientais à responsabilidade pelo rompimento da barragem de Mariana MG: reflexões conceituais e suas sobreposições na esfera judicial. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 86, p. 301-324, abr./jun. 2017.

PEREIRA, Jeferson Botelho. O desastre de Mariana/MG e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. **Revista Síntese direito ambiental**, v. 5, n. 28, p. 23-31, nov./dez. 2015.

POLIDO, Walter Antônio. **Contrato de seguro**: a efetividade do seguro ambiental na composição de danos que afetam direitos difusos. **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**. Brasília, v. 28, n. 11/12, p. 52-71, nov./dez. 2016. Disponível em: <http://portal.trf1.jus.br/portaltarf1/jurisprudencia/revista/revista-do-trf.htm>. Acesso em: 13 fev. 2019.

POLIDO, Walter. Barragens: quais os riscos garantidos pelos seguros contratados. **Revista do Tribunal Regional Federal**: 1. Região, v. 30, n. 1/2, p. 45-62, jan./fev. 2018. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/119479>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PRUDENTE, Fabiana do Nascimento. Poder de polícia ambiental e a precaução EIA Rima nas barragens de grandes mineradoras. **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**. Brasília, v. 27, n. 11/12, p. 21-22, nov./dez. 2015. Disponível em:

SALDANHA, Jânia Maria Lopes; BOHRZ, Clara Rossatto. Dupla influência e dupla projeção entre global e local: o "caso Mariana" e a (ir) responsabilidade social das empresas de mineração. **Homa publica**: revista internacional de direitos humanos e empresas, v. 2, n. 2, p. 156-203, jul. 2018. Disponível em: <http://ojs.homacdhe.com/index.php?journal=homapublica&page=article&op=view&path%5B%5D=27&path%5B%5D=22>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SAMPAIO, José Adércio Leite. Licenciamento ambiental e concessão minerária: perspectivas da política nacional de segurança de barragem. **Revista de Direito Ambiental**, v. 87, p. 225-247, jul./set. 2017.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; DIAS, Francine Bastos. Previsão constitucional em prol da proteção do meio ambiente: princípio da proibição do retrocesso ambiental. **Revista internacional de direito ambiental**, v. 4, n. 11, p. 183-192, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/96590>. Acesso em: 14 jan. 2019.

TABARELLI, Liane. Responsabilidade civil e as possíveis contribuições das universidades para a preservação e ou decréscimo da ocorrência de danos ambientais. **Síntese Revista jurídica: doutrina, legislação, jurisprudência**, Porto Alegre, v. 66, n. 486, p. 27-50. abr., 2018

THOMÉ, Romeu; LAGO, Talita Martins Oliveira. Barragens de rejeitos da mineração: o princípio da prevenção e a implementação de novas alternativas. **Revista de Direito Ambiental**, v. 22, n. 85, p. 17-39, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/108577>. Acesso em: 14 jan. 2019.

WINDHAM-BELLORD, Karen Alvarenga de Oliveira; Pereira, Marcela Andrade de Assis. Participação da comunidade nos planos de segurança de barragens no setor minerário. **Revista de Direito Ambiental**, v. 22, n. 85, p. 103-129, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/108580>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LEGISLAÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Resolução n. 236, de 30 de janeiro de 2017**. Estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme art. 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/236-2017.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres. **Resolução n. 1, de 28 de Janeiro de 2019**. Recomenda ações e medidas de resposta à ruptura da barragem do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/60916868. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres. **Resolução n. 2, de 28 de Janeiro de 2019**. Institui o Subcomitê de Elaboração e Atualização Legislativa, com o objetivo de elaborar anteprojeto de atualização e revisão da Política Nacional de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei nº 12.334, de 20 de

setembro de 2010. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/60916871. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. **Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em: 20 fev. 2019

BRASIL. **Lei 12.334 de 20 de setembro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm. Acesso em 11 fev. 2019

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Agência Nacional de Mineração. **Portaria nº 70.389, de 17 de maio de 2017.** Cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, o Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens de Mineração e estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, conforme art. 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/portaria-dnrm-no-70-389-de-17-de-maio-de-2017-seguranca-de-barragens-de-mineracao>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Agência Nacional de Mineração. **Portaria 70.389-2017 Retificação.** Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/11/2017&jornal=515&pagina=38&totalArquivos=76>. Acesso em: Acesso em: 20 fev. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Agência Nacional de Mineração. **Portaria 70.389-2017 Retificação.** Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/06/2017&jornal=1&pagina=123&totalArquivos=216>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Agência Nacional de Mineração. **Portaria nº 14, de 15 de janeiro 2016.** Estabelece prazo para apresentação de comprovante de entrega das cópias físicas do Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração (PAEBM) para as Prefeituras e Defesas Cíveis municipais e estaduais, conforme exigido pelo art. 7º da Portaria nº 526, de 2013, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/portaria-dnrm-14-2016-barragens-de-mineracao>. Acesso em: 20 fev. 2019

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MG). **Resolução Conjunta SEM/ FEAM n. 2.765, de 30 de janeiro de 2019.** Determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes em Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47664>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Agência Nacional De Mineração. **Resolução n. 4, de 15 de fevereiro de 2019.** e mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado "a montante" ou por método declarado como desconhecido. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63799094/do1-2019-02-18-resolucao-n-4-de-15-de-fevereiro-de-2019-63799056. Acesso em: 20 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Conselho Nacional De Recursos Hídricos. **Moção n. 72, de 29 de Janeiro de 2019.** Recomenda ações e medidas para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/61137606. Acesso em: 20 fev. 2019.

NEVES, Luiz Paniago. **Segurança de Barragens:** Legislação brasileira em segurança de barragens comentada. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/e-book-livre-legislacao-federal-brasileira-em-seguranca-de-barragens-autor-luiz-paniago-neves>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUIÇÕES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Fiscalização de Barragens.** Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/porta1/ANA/panorama-das-aguas/barragens/fiscalizacao-de-barragens>. Acesso em: 20 fev. 2019

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (Brasil) **SIGSBM.** Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/sigbm> Acesso em: 20 fev. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. (Brasil). **DNPM.** Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

IBAMA (Brasil). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais/seguranca-de-barragens/o-que-e-seguranca-de-barragens> Acesso em: 20 fev. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA DE BARRAGENS (Brasil). **SNISB.** Disponível em: <http://www.snisb.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2019.